

A POSTURA DO POSITIVISMO COM RELAÇÃO ÀS CIÊNCIAS HUMANAS

Ana Rute Pinto Brandão¹

RESUMO:

Neste artigo tentaremos mostrar como o movimento positivista tratou a relação entre as ciências humanas e as ciências naturais, especificamente, através dos filósofos Auguste Comte e John Stuart Mill, que tiveram um papel decisivo no modo como as ciências humanas vieram a ser posteriormente abordadas. Comte na sua obra *Curso de filosofia positiva* (1842) defende a idéia de uma unidade metodológica das ciências, de modo que o método positivo poderia ser empregado não só pelas ciências naturais, mas podendo ser estendido ao estudo dos fenômenos humanos e sociais. Mill, por sua vez, em sua obra *Sistema de lógica dedutiva e indutiva* (1843), no capítulo intitulado “A lógica das ciências morais”, tentou fornecer às ciências humanas, por ele chamadas “ciências morais”, uma fundamentação de caráter positivo. A idéia básica por ele sustentada é que as ciências morais não detêm uma lógica própria, mas empregam aquela já utilizada pelas ciências naturais, de modo que elas seriam apenas uma parte destas últimas, visando nada mais do que conhecer as regularidades dos fenômenos humanos.

Palavras-chave: Auguste Comte, J. Stuart Mill, Positivismo, Ciências Humanas.

ABSTRACT:

In this article we try to show how the positivist movement addressed the relationship between human sciences and natural sciences, with a particular view on the philosophers Auguste Comte and John Stuart Mill who played a decisive role in how human sciences would develop further on. In his work *The Course in Positivist Philosophy* (1842), Comte defends the idea of a methodological unity of sciences, so that the positivist method could be applied not only by natural sciences but could also be extended to the study of human and social phenomena. Mill, in turn, in his work *A System of Logic: Ratiocinative and Inductive* (1843) in the chapter titled “The Logic of the Moral Sciences”, attempted to provide human sciences, which he calls “moral sciences”, with a fundament of positivist character. The basic idea he maintained is that the moral sciences do not have logic of their own but employ the logic already used by the natural sciences, so that the moral sciences would be part of the natural sciences, only that the former aim at cognizing the regularities of human phenomena.

Keywords: Auguste Comte, J. Stuart Mill, Positivism, Human Sciences.

1. Considerações iniciais

Nosso objetivo é apresentar a abordagem positivista da ciência. O positivismo, como sabemos, foi uma ampla corrente de pensamento que durante o século XIX teve uma repercussão na Europa, e assentava-se na idéia de que a ciência é o nosso único meio de construção do conhecimento verdadeiro, ou seja, pregava uma espécie de primazia da ciência em detrimento de outras formas do conhecimento humano. Baseado no enorme avanço que as ciências naturais vinham conquistando, o positivismo vai encontrar nessas ciências o único método de conhecer digno de confiança, qual seja: a construção de leis

¹ Mestre em Filosofia pela UFPB e Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

que possam explicar os fatos. A pretensão do positivismo foi estender tal método para os estudos humanos e sociais. O que significa dizer que os fenômenos humanos e sociais seriam, assim como os fenômenos naturais, submetidos a um único método científico. O positivismo, portanto, vai postular uma unidade metodológica das ciências. Em razão dessa positividade científica, a metafísica, por não tratar do conhecimento experimental, começa a ser altamente excluída da discussão sobre o conhecimento.

Os principais representantes do movimento positivista foram: Auguste Comte, na França, considerado o “pai” da sociologia; John Stuart Mill e Hebert Spencer, na Inglaterra; Ernst Heckel, na Alemanha; Roberto Argidò, na Itália. Exporemos aqui alguns aspectos dos pensamentos de Auguste Comte e Stuart Mill, por considerarmos, dentre tais representantes, aqueles que, de imediato, mais expressam o movimento positivista quanto ao aspecto da relação entre as ciências naturais e as ciências humanas.

2. A filosofia positiva de Auguste Comte

O ideal do pensamento de Auguste Comte (1798-1857) foi, acima de tudo, promover uma estruturação do conhecimento que servisse de base educacional do homem e que levasse a humanidade para um estágio mais avançado de convívio social. Em sua mais famosa obra *Curso de filosofia positiva*, Comte pretendeu fornecer os fundamentos de uma filosofia positiva, que seria, segundo ele, a única base sólida a partir da qual se poderia alcançar uma reorganização social que desse fim à “crise política e moral” em que se encontrava a sociedade de sua época. Crise essa instaurada, em seu modo de ver, em virtude de uma espécie de “anarquia intelectual”. Desse modo, Comte via a necessidade urgente de uma doutrina social comum capaz de propiciar a ordem social.

Para expor as idéias básicas do pensamento comteano iremos percorrer três temas fundamentais presentes, na maioria das vezes, nos textos em que o filósofo expõe sua doutrina, quais sejam: a lei dos três estados, a sociologia como *física social* e a classificação das ciências.

2.1. A lei dos três estados

A lei dos três estados é o ponto de partida de Comte para expor seu pensamento. Diz ele que ao estudar o que denomina de *desenvolvimento total da inteligência humana*, em seus mais diversos âmbitos, deparou-se com a descoberta de uma lei fundamental, a saber:

... que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: o estado teológico, ou fictício; o estado metafísico, ou abstrato; o estado científico ou positivo. Em outros termos, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente em cada uma de suas investigações três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: primeiro, o método teológico, em seguida, o método metafísico, e finalmente, o método positivo...²

Como podemos notar, Comte identifica os estados, teológico, metafísico e positivo, com o emprego dos seus respectivos métodos, ou seja, é o emprego deste ou daquele método que vai determinar este ou aquele estado do desenvolvimento da inteligência humana. Essa idéia já aponta para a proposta comteana de uma unidade metodológica na construção do conhecimento científico, mas a respeito disso trataremos mais adiante na nossa exposição, por enquanto voltemos para a lei dos três estados.

Segundo Comte, em virtude desses três estados existem também três tipos de filosofia, ou três modos de conceber o conjunto dos fenômenos, que são totalmente excludentes: a primeira, a filosofia teológica, constitui o ponto de partida da inteligência humana; a segunda, a filosofia metafísica, destina-se apenas a servir de etapa de transição; já a terceira e última, a filosofia positiva, seria o estágio fixo e definitivo da razão humana. Tais filosofias serão melhor compreendidas à medida que formos fazendo a exposição dos estados.

Vejamos agora em que consiste cada estado. O *estado teológico* é concebido por Comte como sendo provisório e preparatório, e é caracterizado por uma forma de pensar ainda mitológica, em que o espírito humano busca explicações para os fenômenos em entidades sobrenaturais. Não é à toa que Comte também denomina esse estado de fictício, pois, como parece transparecer, ele representa um momento em que o espírito humano está voltado, ainda, para uma explicação da realidade que é fruto de uma especulação fantasiosa e não do uso “racional” da razão humana.

O estado teológico possui, segundo Comte, três fases consecutivas: o *fetichismo*, o *politeísmo* e o *monoteísmo*. A primeira, é aquela em que o homem atribui aos corpos exteriores vida semelhante à sua, embora com poderes mais elevados; um exemplo é a adoração aos astros; a segunda, é aquela em que o espírito teológico começa a fazer uso, mais propriamente, da imaginação especulativa; essa fase marca a passagem “...em que a vida é finalmente retirada dos objetos materiais, para ser misteriosamente transportada para os diversos seres fictícios, habitualmente invisíveis...”³, e com intervenção direta nos fenômenos exteriores, inclusive nos fenômenos humanos. A terceira e última fase marca o declínio da

² COMTE, Auguste. “Cours de philosophie positive”: première leçon. In: *La science sociale*, 1825, p. 125-126.

³ Id., “Discours sur l’esprit positif”: première partie. In: *La science sociale*, p. 221.

filosofia teológica; nela a razão começa a restringir o domínio da imaginação, característico da fase anterior, e passa a cultivar o sentimento universal de sujeitar os fenômenos naturais a leis imutáveis.

O *estado metafísico* ou *ontológico*, como foi falado anteriormente, é a etapa de transição entre os estados teológico e positivo, e representa, conforme Comte, nada mais do que uma modificação do primeiro estado. Nele, “... *os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo, e concebidas como capazes de engendrar por elas próprias todos os fenômenos observados...*”⁴. Desse modo, no estado metafísico o espírito humano está voltado, essencialmente, para a explicação da natureza dos seres, sua origem, bem como o destino de todas as coisas. Em um tal estado não predomina mais a pura imaginação, mas também não se está, ainda, sobre o domínio da verdadeira observação. No entanto, a razão começa a se preparar para o exercício verdadeiramente científico, como salienta Comte. Daí porque é necessário afastar a metafísica da discussão sobre a ciência: é necessário que ela deixe de existir para dar lugar ao conhecimento dito verdadeiramente científico.

O estado positivo, tido por Comte como estado de virilidade da nossa inteligência, representa uma ruptura radical com a postura metafísica. As questões filosóficas tradicionais que nortearam séculos de discussão, como a origem e destino das coisas, bem como a sua essência, etc., são substituídas por questões que remontam diretamente ao observável. Com efeito, o importante nesse estado não é conhecer as causas dos fenômenos, mas pesquisar, através da observação, as leis que explicam as relações existentes entre eles. O estado positivo, portanto, é o estado científico. Seria o momento do pensamento em que o conhecimento científico teria alcançado sua mais alta perfeição, a ponto de servir de modelo para a reorganização da sociedade como um todo.

Embora Comte recuse a interferência das concepções metafísicas nesse estado, ele confere uma certa importância à metafísica no percurso de desenvolvimento que culmina em tal estado. Porém, a importância dada a ela é demasiado limitada, uma vez que serve apenas como etapa de transição entre os outros dois estados, não consistindo, por isso, num momento em que o espírito humano tenha alcançado um grau de compreensão da realidade que tivesse sua importância necessária.

⁴ Id., “Cours de philosophie... op. cit., p. 126.

A época em que se deu a revolução pela qual as concepções metafísicas foram substituídas pelas positivistas, seria, segundo Comte, impossível de ser definida com total precisão. Todavia, ele reconhece que tal época tem seu marco inicial há dois séculos com Bacon, Descartes e Galileu.

Como estado científico, o estado positivo, no compreender de Comte, representa o momento em que a razão humana já está suficientemente madura para empreender grandes investigações científicas, sem ter outro fim a não ser “...*descobrir as leis dos fenômenos, pelo simples desejo de confirmar ou refutar uma teoria*”⁵. Esse estado de desenvolvimento intelectual, que desde Bacon vem sendo construído, teve, segundo Comte, momentos decisivos, vivamente sentidos, com Kepler, no que diz respeito à astronomia, com Berthollet, em se tratando da química, com Fourier, quanto à física (teoria do calor), etc. Embora a filosofia positiva tenha tomado progressivamente tão grande extensão, Comte vai dizer que ela ainda não abarcou todos os ordens dos fenômenos e que, portanto, ainda resta uma longa operação científica a ser feita para que ela possa ter um caráter de universalidade. E como veremos no tópico abaixo essa deficiência dá-se em virtude de a filosofia positiva ainda não abarcar, de modo suficiente, os fenômenos sociais.

2.2. A sociologia como “física social”

O modo como o conhecimento científico estava estruturado na época de Comte não abarcava os fatos sociais; o estudo do homem na sua relação com a sociedade, ainda, estava fora do teor de cientificidade almejado. Dentre as principais categorias de fenômenos naturais, que já tinham sido elevados, segundo Comte, ao estado positivista, encontramos: os fenômenos astronômicos, os da física terrestre, os da química e os fisiológicos, restava a lacuna quanto aos fenômenos sociais. De modo que se tornava necessário preencher tal lacuna para que a filosofia positiva pudesse ser edificada em sua total amplitude. Assim, a sociologia é estabelecida, como as demais ciências, como uma ciência de observação, e recebe a denominação de *física social*.

Todas as ciências são tidas por Comte em sua mais alta extensão como *físicas*. A física é o modelo, por excelência, de ciência positiva: todos os fenômenos, quer astronômicos, químicos ou fisiológicos, são tratados como físicos. Com relação aos fenômenos sociais não poderia ser diferente. A sociologia também é pretendida ser uma ciência física, daí a

⁵ Id., Ibid., p. 132.

denominação *física social*. Não obstante essa denominação, Comte afirma não pretender alcançar com os estudos dos fenômenos sociais a mesma perfeição que possuem os outros ramos da filosofia natural. Mas todo o seu esforço se direciona no sentido de imprimir a essa classe do nosso conhecimento, como já falamos anteriormente, o caráter positivo, o qual as demais ciências já compartilhavam.

Vejamos nas palavras de Comte como ele define a sociologia ou a *física social*:

... entendo por **física social** a ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados no mesmo sentido que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é, como submetidos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o fim especial de suas pesquisas. Assim, ela se propõe diretamente a **explicar**, com a maior precisão possível, o grande fenômeno do desenvolvimento da espécie humana, visto em todas as suas partes essenciais...⁶

Podemos perceber, claramente, nessa passagem que Comte pretendeu, inicialmente, dar à pesquisa sociológica um caráter tão rigoroso como o das outras ciências naturais. Pois assim como estas, a sociologia deveria se empenhar na busca de leis naturais invariáveis, ou seja, leis totalmente seguras. Como sua obra *Opúsculos de filosofia social* (1819-1828), obra em que se encontra essa passagem, é anterior ao *Curso de filosofia positiva* (1830-1842), Comte parece ter repensado essa sua postura, assumindo a idéia, exposta no parágrafo anterior, de que no estudo dos fenômenos sociais ele não pretende alcançar a mesma perfeição das outras ciências⁷.

Entretanto Comte inclui a sociologia entre as ciências naturais. O que significa que, embora ele tenha visto a necessidade de uma ciência dos fenômenos sociais no plano de sua filosofia positiva, ele a considera uma ciência natural, assim como a física ou a química. Em outras palavras, Comte não vê as ciências como fazendo parte de dois grupos distintos: aquelas que têm por objeto os fenômenos naturais, sendo chamadas de ciências naturais, e aquelas que têm por objeto os fenômenos histórico-sociais, chamadas de ciências sociais ou humanas. Nesse sentido, poderíamos dizer que haveria já no pensamento comteano, não só uma proposta de unidade metodológica das ciências, mas uma unidade das ciências em um único bloco: o das *ciências naturais*. Embora ele afirme ser temerário almejar que as ciências sejam reduzidas a uma só, como veremos mais adiante.

O papel da sociologia, ou *física social*, é buscar na história (enquanto reunião de fatos), através do estudo aprofundado do passado, uma explicação verdadeira do presente e uma demonstração geral do futuro. Ou seja, cabe à sociologia estabelecer as relações mútuas

⁶ Id., “Opuscles de philosophie sociale”: quatrième opuscule. In: *La science sociale*, p. 86.

⁷ Id., “Cours de philosophie ... op. cit., p. 140.

dos fatos sociais e compreender suas influências no conjunto do desenvolvimento humano, permitindo, assim, uma evidenciação, por meio de leis naturais, das diversas tendências próprias de cada época. Os resultados dessas investigações devem poder orientar o homem político, no que diz respeito à descoberta e instituição de formas práticas que venham evitar ou suavizar as crises na sociedade. Isso porque nessa ordem de fenômenos, assim como em qualquer outra, Comte vai dizer que a ciência conduz à previsão e esta permite regularizar a ação.

O método particular da ciência sociológica “... *consiste em que, nas pesquisas das leis sociais, o espírito deve, indispensavelmente, proceder do geral ao particular...*”⁸, o que significa dizer que ela deve começar do desenvolvimento total da espécie humana para, em seguida, progressivamente, apreender os fatos particulares desse desenvolvimento.

Segundo Comte, os fenômenos sociais devem ser estudados a partir de dois pontos de vista, a saber: do *estático* e do *dinâmico*. O estático está relacionado com a questão da *ordem*, e o dinâmico com o *progresso*. Do ponto de vista estático são estudadas as condições constantes da sociedade, isto é, as condições que se mostraram comuns a todas as sociedades em todos os tempos, buscando explicar as ligações entre a organização política e a civilização. Já do ponto de vista dinâmico são estudadas as leis progressivas do desenvolvimento social; sendo o progresso compreendido não como um aumento de coisas, como conforto, felicidade e justiça, mas como uma melhoria da ação humana sobre a natureza; e no caso da sociologia, mais propriamente, como um aperfeiçoamento da organização social.

2.3. A classificação das ciências

Com a instauração da sociologia o sistema filosófico positivo de Comte atinge sua pretensa completude, o que tornará possível a classificação de todas as ciências naturais, ou ciências de observação, dentro de um plano enciclopédico positivo. Comte expressa esse seu desejo em uma passagem, fazendo a seguinte afirmação:

... nada mais resta (...) senão completar a filosofia positiva, incluindo nela o estudo dos fenômenos sociais e, em seguida, resumi-la num único corpo de doutrina homogênea. Quando este duplo trabalho estiver suficientemente avançado, o triunfo

⁸ Id., Ibid., p. 87.

definitivo da filosofia positiva ocorrerá espontaneamente e restabelecerá a ordem na sociedade...⁹

As ciências são classificadas de acordo com o grau de simplicidade ou complexidade de seus respectivos objetos. Nesse sentido Comte parte do estudo dos fenômenos mais gerais, que, por sua vez, são mais simples, em direção sucessiva aos mais particulares, ou seja, aos mais complicados. A classificação das ciências também obedece a duas condições essenciais: a *dogmática*, que leva em consideração o grau de dependência de uma ciência em relação à outra, de modo que o estudo de uma requer o conhecimento da outra e prepara o estudo da seguinte; e a *histórica*, que prescreve a disposição de cada ciência de acordo com a marcha de sua formação, isto é, passando das mais antigas para as mais recentes. Na hierarquia das ciências de Comte, portanto, as ciências mais complexas pressupõem as menos complexas.

A ciência que Comte apresenta como ponto de partida de sua classificação, e que constitui a base fundamental de toda a filosofia natural, e por conseguinte, de toda educação científica racional, é a *matemática*. Isso porque, segundo ele, “... os fenômenos geométricos e mecânicos são, de todos, os mais gerais, os mais simples, os mais abstratos, os mais irreduzíveis e os mais independentes de todos os outros...”¹⁰. Sendo, portanto, preliminar o estudo desses fenômenos em relação ao estudo dos demais.

O conjunto dos fenômenos naturais Comte divide em dois grupos: o grupo dos fenômenos que abrange todos os corpos brutos e o grupo dos corpos organizados ou vivos. Os corpos vivos são dependentes dos corpos brutos, que, por sua vez, são independentes daqueles. A ciência relativa aos primeiros é a *física orgânica* e a relativa aos segundos é a *física inorgânica*. Esta divide-se em duas partes, levando em consideração os fenômenos gerais do universo: a *física celeste* ou *astronomia*, e a *física terrestre*.

Daí porque Comte dá continuidade à sua classificação colocando a *astronomia* em segundo lugar, na medida em que ela é, abaixo da matemática, a mais geral. Ele considera que os fenômenos astronômicos são, dentre os fenômenos dos corpos brutos, os mais gerais, os mais simples, e os mais independentes de todos. As leis a que estão sujeitos influenciam as leis dos demais fenômenos, mas não são por elas influenciados.

A *física terrestre*, por sua vez, subdivide-se em duas partes bem distintas: a *física* propriamente dita e a *química*; sendo que esta supõe o conhecimento prévio daquela. “ *Pois*

⁹ Id., “Cours de philosophie... op. cit., p. 166.

¹⁰ Id., Ibid., deuxième leçon, p. 214.

*todos os fenômenos químicos são necessariamente mais complicados do que os fenômenos físicos; dependem deles sem os influenciar...*¹¹. Assim, na seqüência da hierarquia das ciências vem a *física* em terceiro lugar e a *química* em quarto, posto que esta última tem seus fenômenos submetidos, primeiro, à influência de fenômenos físicos, tais como gravidade, calor, eletricidade, etc., porém acrescenta características que lhes são próprias. Sem dúvida, cada ciência é influenciada pelos fenômenos da precedente, mas acrescenta algo de novo, de cujo estudo se ocupa; o que a coloca num grau maior de complexidade em relação à anterior.

Terminada a classificação do grupo das ciências que trata dos corpos brutos ou inorgânicos, Comte passa a considerar o grupo das ciências que trata dos corpos vivos ou organizados, que são os mais complicados e os mais particulares de todos. A *física orgânica* divide-se em duas partes: a *fisiologia* propriamente dita e a *física social*, ou seja, a *biologia* e a *sociologia*. Esta última fundada na primeira.

A necessidade da sociologia torna-se óbvia uma vez que seria impossível estudar a espécie humana, partindo-se apenas de um estudo do indivíduo, fornecido pela fisiologia ou biologia. A sociologia parte desse estudo, pois funda-se nele, mas vai além. São essas duas ciências as últimas da classificação comteana: a biologia em quinto lugar e a sociologia em sexto e último.

É, portanto, a sociologia a mais particular de todas as ciências. Os fenômenos por ela estudados são os mais complicados, os mais particulares, os mais concretos e também, no compreender de Comte, os mais interessantes para o homem. Ela é o fim a ser alcançado pela filosofia positiva, rumo à reestruturação da sociedade.

Vejamos, então, como ficou a classificação das ciências: a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia e a sociologia¹². São essas ciências fundamentais que constituem o plano geral da filosofia positiva. A idéia de Comte, com essa classificação, foi fornecer um panorama das ciências numa perspectiva que levasse em conta o que elas têm em comum, que é o emprego do método positivo, quer dizer, a construção de leis naturais absolutamente eficazes na explicação dos fenômenos, mas também a dependência de uma ciência em relação à outra, o que propicia um modo de ver o conhecimento científico como uma grande cadeia, na qual determinadas ciências dependem de outras para desenvolver seus objetos. Além disso, ela serviria de base educacional para todos os cientistas,

¹¹ Id., Ibid., p. 198.

¹² Essa classificação é a que aparece posteriormente no “Discurso sobre o espírito positivo”, pois, inicialmente, em “Curso de filosofia positiva”, Comte faz a seguinte classificação: matemática, astronomia, física, química, fisiologia e física social.

configurando-se como uma espécie de doutrina. Sem dúvida, é na aposta de que essa classificação hierárquica possa determinar o plano de uma educação verdadeiramente científica que Comte vislumbra a possibilidade de uma renovação da sociedade.

Para finalizar, citaremos duas passagens em que Comte, não obstante sua classificação, afirma não pretender uma unidade das ciências, mas somente uma unidade de método.

Conforme profunda convicção pessoal, considero essas tentativas de explicação universal de todos os fenômenos por uma única lei como eminentemente quiméricas, mesmo quando são tentadas pelas mais competentes inteligências...¹³

... não há uma unidade indispensável (...) senão a unidade de método, a qual pode e deve evidentemente existir e já se encontra, na maior parte, estabelecida (...) Tendendo a diminuir, a maior quantidade possível, o número das leis gerais necessárias para a explicação positiva dos fenômenos naturais, o que é, com efeito, a meta filosófica da ciência, consideraremos, entretanto, como temerário aspirar algum dia, ainda que para um futuro muito afastado, a reduzi-las rigorosamente a uma só.¹⁴

3. John Stuart Mill: A lógica das ciências morais

John Stuart Mill (1806-1873), principal representante do positivismo inglês, defensor de uma corrente empirista do conhecimento, conferiu grande parte de suas investigações às ciências humanas (por ele denominadas “ciências morais”). Sua intenção era fornecer uma explicação plausível da possibilidade da aplicação do método positivo em tais ciências.

Movido pela preocupação com a base lógica do conhecimento, Mill escreve sua famosa obra *Sistema de lógica dedutiva e indutiva* (1843), composta de seis livros, sendo o último intitulado “A lógica das ciências morais”, texto que analisaremos aqui. Nesse livro ele apresenta sua posição no que diz respeito a fundamentação do estudo dos fenômenos humanos e sociais como ciência. A idéia defendida por ele é que as ciências morais (ou humanas) não são possuidoras de uma lógica própria, mas empregam os princípios metodológicos já empregados pelas ciências naturais. Para sermos mais precisos, Mill considera as ciências morais, assim como Comte considera a sociologia, como parte das ciências naturais, visto que elas, de modo semelhante a estas últimas, almejam conhecer as regularidades (identificação da causa e dos efeitos) dos fenômenos que estudam. Afirma, ainda, que o estado de atraso em que se encontra as ciências morais só pode ser alterado com a aplicação dos métodos da

¹³ Id., Ibid., première leçon, p. 168. .

¹⁴ Id., Ibid., p. 169-170.

ciência física a elas. Vejamos, então, alguns pontos importantes desenvolvidos por ele na “Lógica das ciências morais”:

3.1. A possibilidade de uma ciência da natureza humana

Logo no início da “Lógica das ciências morais” Mill levanta um questionamento acerca da possibilidade das ações humanas estarem sujeitas à lei da causalidade. Tal questionamento visa saber se é possível uma ciência da natureza humana. Pois, com efeito, o estatuto de “ciência” é destinado àquelas investigações em que há um conhecimento das regularidades nas manifestações dos fenômenos estudados; em outras palavras, onde há uma identificação da causa e dos efeitos desses fenômenos. Assim, só será possível uma ciência da natureza humana, se os fenômenos estudados por ela, as ações humanas, forem passíveis de sujeição à lei da causalidade.

Notemos aqui, que há uma certa diferença nas abordagens de Comte e Mill: para o primeiro a característica mais importante da atividade científica é a produção de leis capazes de explicar os fatos, enquanto para o segundo é o conhecimento da causa e dos efeitos desses fatos. Esse é um detalhe importante para percebermos que, não obstante esses dois filósofos fazerem parte do movimento positivista, as suas abordagens diferem em alguns aspectos, como poderemos averiguar no decorrer desta exposição.

Ao tratar a questão acerca da possibilidade das ações humanas estarem sujeitas às leis da causalidade Mill se depara com duas opiniões: a primeira cuja resposta é positiva, chamada “doutrina da necessidade”, “*sustenta que as ações e volições humanas são necessárias e inevitáveis*”¹⁵; a segunda, chamada “doutrina do livre arbítrio”, apresenta uma resposta negativa, pois “*sustenta que a vontade não é, ao contrário de outros fenômenos determinada por antecedentes, mas determina a si mesma, que nossas volições não são, propriamente falando, efeitos de causas ou, pelo menos, não obedecem a causas de modo uniforme e irrestrito*”¹⁶.

Não é difícil opinar sobre a preferência de Mill por uma dessas alternativas. Com certeza ele, como bom positivista, é partidário da primeira postura. No entanto, faz questão de enfatizar que os termos enganosos pelos quais essa opinião é freqüentemente expressa levou à sua má aceitação. Por isso Mill tenta defini-la de um modo mais preciso:

¹⁵ MILL, John Stuart. *A lógica das ciências morais*, p. 33. O presente texto constitui o sexto, e último livro, da obra intitulada *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*, que fora publicado pela editora Iluminuras.

¹⁶ Id., *Ibid.*, p. 33.

Corretamente concebida, a doutrina da Necessidade Filosófica é simplesmente esta: sendo dados os motivos presentes à mente de um indivíduo e sendo dado, igualmente, o caráter e a disposição do indivíduo, a maneira pela qual ele irá agir pode ser inferida infalivelmente; se conhecêssemos completamente a pessoa e todos os induzimentos que atuam sobre ela, nós poderíamos predizer sua conduta com a mesma certeza com que podemos predizer qualquer evento físico...¹⁷

Como podemos notar, Mill, assim como Comte, concebe as ações humanas ao modo dos eventos físicos. Nas ciências humanas as predições seriam, como nas ciências naturais, infalíveis, e, conseqüentemente, estariam sujeitas a leis invariáveis. Essa forma de conceber as ciências humanas é, portanto, uma marca característica de todo o movimento positivista. Voltemos à defesa de Mill da doutrina da Necessidade.

Segundo Mill, essa doutrina, assim concebida, não entra em desacordo com a doutrina do livre arbítrio, uma vez que não nos sentiríamos menos livres, só pelo fato de que aqueles que nos conhecem intimamente fossem capazes de prever com segurança nossas reações diante de determinado caso. O que Mill parece esquecer ao tomar tal posicionamento é que, infelizmente, as ações humanas têm uma natureza totalmente dissemelhante dos eventos naturais. Defender a idéia de uma predição infalível para elas, ou uma causação necessária, é, a nosso ver, conceber o homem como uma coisa totalmente controlável; feito este que a ciência até agora não conseguiu realizar. O problema maior, segundo pensamos, não é se essa doutrina está ou não em conflito com o nosso sentimento de liberdade, mas se ela é possível, enquanto metodologia do estudo dos fenômenos humanos; dito de outro modo, até que ponto o estudo desses fenômenos pode avançar sendo tomado dessa forma.

Mill tenta amenizar a doutrina da Necessidade afirmando que usar o termo *necessidade*, em se tratando do caráter humano, para expressar a doutrina de causa e efeito representa um abuso de emprego de termos, pois, no seu entender, esse termo ao ser aplicado à vontade

... significa apenas que determinada causa será seguida pelo efeito, sujeita, por outro lado, a todas as possibilidades de ação contrária por parte de outras causas (...). Quando dizemos que todas as ações humanas têm lugar necessariamente, queremos dizer somente que, se nada impedir, elas certamente ocorrerão...¹⁸

Assim, Mill parece alargar o conceito clássico de *necessidade*, como o que não pode ser de outro modo, para poder abarcar as ações humanas; de sorte que haveria uma espécie de *necessidade condicional*, visto que, como é notório na citação acima, as ações humanas seriam explicadas segundo certas regularidades, desde que nada impedisse as suas

¹⁷ Id., Ibid., p. 34.

¹⁸ Id., Ibid., p. 36.

ocorrências. Esse aspecto característico das ações humanas torna claro, em nosso entender, que o estudo de tais ações não devem ser encarados com o rigor das ciências naturais, necessitando, por isso, de um tratamento especial.

Podemos dizer que Mill, de certo modo, já aponta, mesmo defendendo uma postura positivista, para a particularidade das ciências humanas. Inclusive a sua concepção de ciência parece ser ampliada para abarcar essa classe de ciências. A idéia de que é objeto de ciência aquilo de que temos um conhecimento exato começa, segundo acreditamos, a ser superada no pensamento de Mill, na medida em que ele admite a possibilidade de ciências que não sejam exatas, isto é, ciências que não têm um domínio total das leis que regem os fenômenos por elas estudados.

Vale salientar, no entanto, que embora possa haver ciências que não sejam exatas, esse não é, conforme Mill, o objetivo do empreendimento científico. Pelo contrário, toda ciência visa atingir um conhecimento certo. A astronomia, por exemplo, foi uma ciência não exata, que posteriormente veio a se tornar exata. Quanto a isso diz:

... Ela [a astronomia] não podia se tornar exata antes que fossem explicadas e referidas às suas causas não somente o curso geral dos movimentos planetários, mas também as suas perturbações (...). Ela se tornou uma ciência exata porque seus fenômenos foram subsumidos a leis que compreendem a totalidade das causas que influenciam (...) os fenômenos e atribuindo a cada uma dessas causas a parte do efeito que realmente lhes pertence...¹⁹

Do mesmo modo que a astronomia foi outrora uma ciência não exata, havia, na época de Mill, ciências, que devido às suas imperfeições em determinar com precisão as suas predições, *ainda* se encontravam nesse estágio de inexatidão, como, por exemplo, a meteorologia, que, segundo Mill, não tinha ainda conseguido em suas investigações estabelecer a ordem de antecedência e consequência dos fenômenos meteorológicos, e por isso não era capaz de predizê-los com exatidão, nem com um alto grau de probabilidade. O mesmo acontecia com a tidologia, a teoria das marés. Todavia, ambas podiam ser consideradas *ciências*.

É nesse grupo de ciências que Mill enquadra a, por ele chamada, ciência da natureza humana, que mesmo estando muito longe de alcançar o modelo de exatidão alcançado pela astronomia, é considerada uma ciência, assim com a meteorologia ou a tidologia. Entretanto, diferentemente destas, a ciência da natureza humana não pode almejar o ideal de exatidão, visto que os fenômenos humanos que pretendem explicar, sentimentos, pensamentos e ações,

¹⁹ Id., *Ibid.*, p. 43.

não podem ser previstos com exatidão científica, pois teríamos que conhecer todas as circunstâncias em que esses fenômenos são realizados.

Com efeito, Mill vai afirmar que mesmo que tivéssemos uma ciência da natureza humana teoricamente perfeita, como ele considera a astronomia, não poderíamos, ainda assim, fazer previsões exatas e, nem mesmo, formular proposições universais. Do que segue que as proposições dessa ciência são, na maior parte, verdades (ou generalizações) aproximadas. Porém, para o seu estudo ser considerado genuinamente científico é necessário que essas verdades estejam em conexão dedutiva com as leis da natureza das quais resultam. Portanto, podemos dizer, conforme Mill, que existirá uma ciência da natureza humana somente quando “... as verdades aproximadas que compõem um conhecimento prático do gênero humano puderem ser apresentadas como corolários das leis universais da natureza humana em que se baseiam...”²⁰.

Quando Mill fala de leis universais da natureza humana, supomos que ele está se referindo ao que chama de *Leis da Mente*, ou seja, “... as leis dos fenômenos mentais, dos vários sentimentos ou estados de consciência dos seres que sentem. Estes estados (...) consistem de Pensamentos, Emoções, Vontades e Sensações...”²¹. Notemos que Mill inclui as sensações entre tais estados; ele faz isso porque as considera verdadeiros estados da mente. Segundo ele, é um equívoco incluir as sensações entre os estados do corpo; isso acontece, no seu entender, porque, devido a uma confusão, dá-se um único nome ao fenômeno e à causa próxima, isto é, às condições do fenômeno. Mill, então, vai dizer que o “... antecedente imediato de uma sensação é um estado do corpo, mas a sensação mesma é um estado da mente. Se o termo espírito quer dizer alguma coisa, ele significa aquele que sente...”²². Mas deixemos de lado essa questão. O importante aqui é somente estarmos informados que Mill inclui as sensações entre os estados da mente e não do corpo.

Em outra passagem, Mill faz a distinção entre *fenômenos da mente* e *Leis da Mente*, afirmando que os primeiros são os vários sentimentos de nossa natureza, tanto os que são de maneira imprópria chamados de físicos, como as sensações, quanto os propriamente chamados mentais; as segundas, por sua vez, são as leis a partir das quais esses sentimentos são causados. Os estados (ou sentimentos) da mente, segundo ele, são causados ou por outros estados da mente, ou por estados do corpo. No primeiro caso, a lei concernente é uma Lei da Mente; no segundo a lei é, o que ele chama, uma *Lei do Corpo*, pertencente, por conseguinte,

²⁰ Id., Ibid., p. 45.

²¹ Id., Ibid., p. 47.

²² Id., Ibid., p. 47.

à *ciência física*. Mill vai então falar de uma *Ciência da Mente*, cujo objetivo é estudar as uniformidades de sucessão entre os estados da mente, que, no seu entender, podem ser estabelecidas através de observação e experimento. Tal ciência é a psicologia.

3.2. A Psicologia como caminho para se construir as Ciências Morais

A psicologia é apresentada por Mill como uma ciência fundamental para o conhecimento dos fenômenos humanos, visto que é ela que, de imediato, é encarregada do estudo dos fenômenos mentais. Ela tem por objeto as *Leis da Mente*, e visa estabelecer as uniformidades de sucessão de estados mentais, ou seja, as leis que regem a sucessão de um estado mental a outro. Dentre essas leis algumas são mais gerais enquanto outras mais específicas. Eis alguns exemplos de leis de caráter psicológico citados por Mill:

Primeira lei: Sempre que um estado de consciência, não importa por qual causa, tenha sido provocado em nós, um grau inferior do mesmo estado de consciência, um estado de consciência semelhante ao primeiro mas inferior em intensidade, é suscetível de ser reproduzido em nós sem a presença de nenhuma causa similar àquela que provocou inicialmente. Assim, caso tenhamos visto ou tocado uma vez um objeto, podemos depois pensar este objeto ainda que ausente de nossa visão e de nosso tato. (...) Enunciamos esta lei dizendo, na linguagem de Hume, que toda **impressão** mental tem sua **idéia**.

Segunda Lei: Essas idéias ou estados mentais secundários são provocados por nossas impressões ou por outras idéias, de acordo com certas leis, chamadas Leis de Associação. De acordo com a primeira dessas leis, idéias similares tendem a se provocar umas às outras. De acordo com a segunda, quando duas impressões foram freqüentemente experimentadas (ou mesmo pensadas), simultaneamente ou em sucessão imediata, então, sempre que uma dessas impressões, ou a idéia correspondente, retorna, a idéia da outra tende a ser provocada. De acordo com a terceira lei, a maior intensidade em uma ou nas duas impressões é equivalente, para torná-las aptas a se provocar umas às outras, a uma maior freqüência de conjunção...²³

Todas essas leis simples foram, segundo Mill, estabelecidas recorrendo-se ao método de investigação experimental. E é a partir delas que as leis mais complexas do pensamento e dos sentimentos devem ser geradas. A psicologia com o estabelecimento dessas leis parece desempenhar o papel de uma ciência fundamental, a partir da qual os estudos dos fenômenos da natureza humana podem ser estabelecidos. De fato, Mill afirma que as Leis da Mente, ou leis psicológicas, compõem a parte mais universal da filosofia da natureza humana, de modo que todas as verdades acerca de experiências comuns, isto é, do nosso conhecimento prático, devem ser conseqüências dessas leis. Essas verdades, ou máximas, quando são

²³ Id., Ibid., p. 50.

obtidas *a posteriori*, por meio de observações da vida, recebem o nome de *Leis Empíricas*. Mill define uma lei empírica do seguinte modo:

... uma lei empírica é uma generalização a propósito da qual sabendo que sua verdade não é absoluta mas depende de algumas condições mais gerais e que só podemos confiar nela na medida em que há razões assegurando a realização dessas condições, não estamos satisfeitos em verificar sua verdade e somos obrigados a perguntar: por que é verdadeira?²⁴

Segundo Mill, todas as observações ligadas às realizações humanas, que são frutos de experiências comuns, têm essa natureza: não passam de leis empíricas, ou seja, de leis circunstanciais. Tais leis, portanto, não são verdades realmente científicas, mas equivalem apenas a generalizações aproximadas. As verdadeiras verdades científicas são as leis causais que explicam as leis empíricas, isto é, as leis das quais estas são conseqüências.

Mas esta não é uma peculiaridade exclusiva das ciências morais. Indubitavelmente, mesmo com relação à astronomia, que é uma ciência exata e a mais simples dentre as que explicam o curso real dos eventos naturais, não se deve esperar, no compreender de Mill, que as leis empíricas sejam exatas, pois as “... generalizações que podem ser obtidas pela observação direta, mesmo aquelas como a lei de Kepler, são meras aproximações: os planetas, devido a suas perturbações mútuas, não se movem em elipses exatas...”²⁵. Segue-se, por conseguinte, que não se deve almejar exatidão nas leis empíricas daquelas ciências, cujos objetos de investigação são mais complexos.

Com relação às leis empíricas da natureza humana, que não deixam de ser generalizações feitas acerca dos sentimentos ou ações dos seres humanos, não poderíamos querer que fossem alguma coisa a mais do que generalizações aproximadas. Não poderíamos torná-las máximas universais, uma vez que as circunstâncias ambientais são diferentes para cada indivíduo, nação ou geração: os indivíduos não sentem e agem todos de modo semelhante nas mesmas circunstâncias. Não obstante isso, Mill vai argumentar dizendo que, embora a humanidade não tenha um caráter universal, existem leis universais da *Formação do Caráter*. E são, justamente, essas leis que ao serem combinadas com os fatos de cada caso particular, produzem, conforme Mill, os sentimentos e ações humanas. Por isso ele afirma que toda tentativa racional de construir uma ciência da natureza humana com fins práticos deve partir dessas leis. Mas o que Mill entende por tais leis? Diz ele:

²⁴ Id., Ibid., p. 59.

²⁵ Id., Ibid., p. 61.

... As leis da formação do caráter são, em suma, leis derivadas resultantes das leis gerais da mente e, para obtê-las, devemos deduzi-las dessas leis gerais, supondo um conjunto dado um conjunto qualquer de circunstâncias e considerando então qual será, de acordo com as Leis da Mente, a influência dessas circunstâncias na formação do caráter.²⁶

A ciência que teria por objeto essas leis, Mill designa por “Etologia”, ou Ciência do Caráter. A ela corresponderia, o que ele chama, a *arte da educação*, que abrangeria tanto a formação do caráter coletivo quanto a do caráter individual. Essa ciência poderia ser chamada de *ciência exata da natureza humana*, visto que suas verdades são leis reais e não generalizações aproximadas, como as leis empíricas. A etologia, diferentemente da psicologia, que é apresentada por Mill como uma ciência de observação e experimento, é uma ciência inteiramente dedutiva, já que as leis que têm por objeto são leis deduzidas das leis da mente, como podemos observar na citação acima. Devido a essa característica, a etologia é caracterizada como sendo um sistema de corolários da psicologia.

Uma diferença crucial entre Comte e Mill, que podemos notar através desta exposição, é que este último tem a preocupação essencial de destacar a psicologia enquanto principal ciência da natureza humana, ao passo que o primeiro confere à sociologia esse destaque.

3.3. A possibilidade de uma Ciência Social

Após ter discutido sobre a possibilidade dos fenômenos humanos serem objetos de ciência e ter apresentado a psicologia e a etologia como ciências da natureza humana, Mill passa para a etapa seguinte, que é discutir a possibilidade dos fenômenos sociais serem objetos de ciência, ou seja, a possibilidade de uma *Ciência Social*. Com efeito, Mill, de antemão, reconhece que há uma dificuldade para se estabelecer o caráter científico dos estudos sobre os fenômenos que integram a vida do homem em sociedade, devido à complexidade inerente ao estudo de um tal objeto.

Mas, ao mesmo tempo em que Mill reconhece que o estudo dos fenômenos sociais apresenta um nível de complexidade maior em relação àquele da formação do caráter individual, o que dificultaria, ainda mais, a possibilidade de uma Ciência Social, ele tenta contornar a situação ao dizer que

²⁶ Id., *Ibid.*, p. 67

As leis dos fenômenos da sociedade não são nem podem ser outra coisa senão as ações e paixões dos seres humanos unidos entre si em estado de sociedade. Entretanto os homens, em um estado de sociedade, são ainda homens; suas ações e paixões obedecem às leis da natureza humana individual (...) Os seres humanos em sociedade não têm outras propriedades além daquelas que são derivadas e que podem ser resolvidas nas leis da natureza do homem individual. Nos fenômenos sociais, a Composição de Causas é a lei universal.²⁷

Essa postura, como podemos perceber, vai de encontro à compreensão comteana de que é impossível o conhecimento da espécie humana, partindo-se apenas do estudo dos indivíduos isolados; pois na visão de Comte o estudo dos fenômenos sociais vai além do estudo do indivíduo. Embora seja verdadeira a afirmação de Mill de que os homens em sociedade não deixam de ser homens individuais, ele parece não considerar que o que caracteriza a vida em sociedade não é um aglomerado de homens individuais com suas características individuais, mas as realizações coletivas que possam proporcionar o bem-estar da sociedade ou, mesmo, da humanidade. De modo que os anseios de uma sociedade não podem ser somente uma extensão dos anseios dos indivíduos tomados isoladamente: a vida em sociedade exige deliberações que vão além das vontades e ações individuais, tal é a idéia de Estado.

Admitida, então, a possibilidade de uma Ciência Social, embora em um nível mais complexo do que as ciências da natureza humana, Mill vai constatar que nela não são possíveis experimentos, de forma que ela não pode ser tida como uma ciência experimental. Tal ocorre porque não temos, segundo ele, os meios de realizar experimentos artificiais em se tratando dos fenômenos sociais, uma vez que eles estão sempre sujeitos a mudanças. E mesmo que conseguíssemos fazer alguns experimentos, as circunstâncias, em virtude dessas mudanças, deixariam de ser as mesmas quando do resultado do experimento.

Assim, ao investigar acerca do método mais apropriado ao estudo dos fenômenos sociais, levando em consideração a variedade de causas que podem cooperar para a produção de um determinado efeito, Mill chega à conclusão de que um tal método é o, por ele chamado, *Método Dedutivo Concreto* ou *Físico*. Diz ele:

...a Ciência Social (que tem sido designada pelo barbarismo cômodo de Sociologia) é uma ciência dedutiva; não é verdade, segundo o modelo da Geometria, mas segundo o modelo das ciências físicas mais complexas. Ela infere a lei de cada efeito das leis de causação de que esse efeito depende; entretanto, não infere a partir da lei de uma causa apenas, (...) mas considerando todas as causas que influenciam conjuntamente o efeito e compondo suas leis umas com as outras. Em suma: seu método é o Método Dedutivo Concreto, aquele cujo exemplo mais perfeito é a Astronomia...²⁸

²⁷ Id., Ibid., p. 77.

²⁸ Id., Ibid., p. 93.

Mill ressalta, porém, que para a aplicação desse método à Ciência Social são necessárias determinadas precauções e adaptações, visto que se estaria aplicando ao mais complexo dos estudos, um método que também é aplicado a fenômenos de uma natureza inferior em complexidade.

Com a compreensão de que os seres humanos no estado social não têm outras características, além daquelas que podem ser derivadas das leis da natureza humana, Mill considera que as ações e sentimentos dos seres humanos em um tal estado são governadas por leis psicológicas e etológicas, de sorte que qualquer influência que determinada causa exerça sobre determinado fenômeno social será em função dessas leis. E caso conhecêssemos suficientemente as leis das ações e sentimentos dos seres humanos, poderíamos, segundo Mill, determinar a natureza dos efeitos sociais que qualquer causa tenda a produzir. Mas acontece que, devido a grande variedade de causas que concorrem para a produção de um único efeito, seria uma tarefa impossível prever o que iria acontecer em um dado caso, considerando todas as causas em questão.

Isso revela, no entender de Mill, a imperfeição da aplicação do método *a priori*, quando aplicado não só aos fenômenos sociais, mas a outros fenômenos mais simples. Por isso é necessário o recurso a uma etapa importante do método dedutivo²⁹ que é, segundo ele, a *verificação*, que consiste em “... *comparar as conclusões do raciocínio, ou com os próprios fenômenos concretos, ou com suas leis empíricas quando estas podem ser obtidas...*”³⁰. Logo, a ciência dedutiva não seria somente o raciocínio *a priori*, mas uma combinação dos seus resultados com aqueles provenientes da observação *a posteriori*.

Ora, ainda assim temos, no entender de Mill, um problema no que diz respeito à *verificação* em se tratando da Ciência Social, visto que não há nela nem generalizações empíricas prévias (já que não podemos conhecer todas as instâncias em que as leis levam à produção de determinados efeitos) com as quais as conclusões da teoria possam ser comparadas, nem circunstâncias iguais para que a teoria seja verificada por meio de um experimento: “... *nos fenômenos sociais, as circunstâncias de dois casos nunca são exatamente as mesmas...*”³¹. Resta somente uma espécie de verificação indireta, a saber: a

²⁹ Conf. MILL, John Stuart. *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*, livro III, cap. 11, no qual Mill ressalta que o Método Dedutivo é composto de três etapas: indução direta, raciocínio e verificação. A primeira consiste na determinação, através de induções diretas, das leis das causas separadas; a segunda consiste na determinação, por meio de um raciocínio, do efeito produzido pela combinação dessas causas; e, por fim, a terceira consiste na verificação dos resultados obtidos por meio da observação direta.

³⁰ Id., *A Lógica das ... op. Cit.*, p. 95.

³¹ Id., *Ibid.*, p. 108.

conclusão extraída para um caso particular pode ser verificada indiretamente através da verificação de outras conclusões extraídas de outros casos a partir das mesmas leis.

Como podemos notar ao longo desta exposição, apesar de todas as restrições características das, assim chamadas, ciências morais, tanto daquelas da natureza humana (psicologia e etologia) quanto daquela da sociedade (sociologia), há uma enorme preocupação de Mill em dar ao estudo de tais ciências um caráter rigoroso, na medida em que seu parâmetro de comparação é sempre as ciências naturais, mais particularmente a física.

Não obstante as dificuldades e restrições que possam ser apontadas com relação ao estudo dos fenômenos sociais, Mill imbuído por esse espírito de rigor científico afirma que “... o problema fundamental da Ciência Social é o de encontrar as leis de acordo com as quais um Estado de Sociedade produz o estado que o sucede e o substitui...”³². Por Estado de Sociedade ele entende “...o estado simultâneo de todos os fatos ou fenômenos sociais mais importantes...”³³.

A idéia de sucessão e substituição de um estado por outro nos conduz ao tema do progresso, tanto do homem quanto da sociedade. O progresso é entendido, por Mill, não apenas como aperfeiçoamento, mas como mudanças no caráter humano e na sociedade, em que as diferenças são realçadas na sucessão de um estado ao outro; embora ele afirme acreditar que a tendência geral de tais mudanças, salvo exceções, é conduzir ao aperfeiçoamento, ou seja, a um estado melhor e mais feliz.

Mill se contrapõe aos pensadores que, segundo ele, defendem o ponto de vista de que o método de filosofar na Ciência Social consiste em descobrir, a partir do estudo e da análise dos fatos gerais da história, a lei do progresso; sendo que essa lei uma vez estabelecida permitiria a previsão de eventos futuros. Essa é, basicamente, a postura defendida por Comte, que vê, como mostramos anteriormente, como principal tarefa do estudo sociológico, a formulação de uma tal lei, com base na história. Ora, Mill considera essa concepção equivocada, uma vez que supõe que a ordem de sucessão entre os diversos estados de sociedade apresentados pela história poderia ser algo equivalente a uma lei de natureza, quando nada mais é senão uma lei empírica. Diz ele:

... A sucessão de estados da mente e da sociedade humana não pode ter uma lei própria independente, mas deve, necessariamente, depender das leis psicológicas e etológicas que governam a ação das circunstâncias sobre os homens e dos homens sobre as circunstâncias...³⁴

³² Id., Ibid., p. 112.

³³ Id., Ibid., p. 111.

³⁴ Id., Ibid., p. 114.

Assim o que a história, quando examinada cuidadosamente, pode nos fornecer são, o que Mill chama, as *Leis Empíricas da Sociedade*. Cabe, portanto, à sociologia determinar e conectar, através de deduções, essas leis com as leis da natureza humana, tentando mostrar que elas eram as leis derivadas que se deveria esperar como conseqüências das leis últimas, isto é, seqüências causais incondicionais.

As leis empíricas da sociedade são, segundo Mill, de dois tipos: umas representam uniformidades de co-existência, e outras uniformidades de sucessão. São, justamente, a Estática Social (condições da estabilidade social) e a Dinâmica Social (leis do progresso social), como denominadas por Comte. De modo que a diferença básica entre elas é a seguinte:

Enquanto as leis derivadas da Estática Social são estabelecidas pela análise e comparação dos diferentes estados de sociedade sem levar em conta a ordem de sua sucessão, a consideração desta ordem é, ao contrário, predominante no estudo da dinâmica social, cujo propósito é observar e explicar as seqüências dos estados sociais...³⁵

Mill vai se contrapor a essa postura que toma o estudo da sociedade a partir de dois pólos independentes e apresentar uma perspectiva diferente, que vê a necessidade de uma combinação da Estática Social e da Dinâmica Social: a análise da sociedade deveria partir não dos elementos isolados que a compõem, mas de uma relação de combinação desses elementos.

Entretanto, não basta somente fazer uso do método histórico de investigação, buscando apenas conhecer as leis que regem o desenvolvimento social, mas também combinar essas leis que a história nos permite conhecer com as leis da natureza humana, pois, para Mill, “... a ordem do progresso humano em todos os aspectos dependerá, principalmente, da ordem do progresso das convicções intelectuais da humanidade, isto é, da lei das transformações sucessivas das opiniões humanas...”³⁶.

Como fica claro, Mill tem uma preocupação em não dissociar o estudo dos fenômenos sociais daquele dos fenômenos humanos, por isso ele começa toda a sua investigação questionando acerca da possibilidade de um conhecimento científico da natureza humana, pois é só depois de afirmado um tal conhecimento que ele pode, então, perguntar acerca do conhecimento científico da sociedade. De maneira que a investigação dos

³⁵ Id., Ibid., p. 124.

³⁶ Id., Ibid., p. 127.

fenômenos sociais pressupõe uma investigação dos fenômenos humanos. Não nos esqueçamos da sua afirmação de que *a as leis dos fenômenos da sociedade nada mais são senão as ações e paixões dos seres humanos unidos entre si*³⁷. Podemos dizer, por conseguinte, que Mill compreende as ciências humanas, na sua denominação ciências morais, como um todo integrado.

Como pode ser percebido, através desta exposição, não encontramos em nenhum momento no pensamento de Stuart Mill, qualquer proposta de unificação das ciências. Ele também não tem a pretensão de que as ciências sejam reduzidas a uma única ciência. O que há é uma tentativa de unidade metodológica, pois, segundo ele, todas as ciências deveriam, em última instância, empregar o método positivo.

4. Considerações Finais

Auguste Comte tentou fornecer os fundamentos de uma filosofia positiva que viesse a promover uma reestruturação da ordem social. O seu ponto de partida é a *lei dos três estados*, que ele diz ter descoberto a partir de um estudo do *desenvolvimento total da inteligência humana*. Tais estados são: o teológico, o metafísico, e o positivo. O estado teológico é provisório e consiste em um modo de pensar mitológico; nele as explicações para todos os fenômenos são dadas recorrendo-se a entidades sobrenaturais; o estado metafísico, por sua vez, representa somente uma etapa de transição entre os estados teológico e positivo; nele as entidades sobrenaturais são substituídas por entidades metafísicas, de sorte que as explicações se voltam para a natureza dos seres, sua origem e o destino de todas as coisas. O último estado, o positivo, representa o momento de ruptura com o estado metafísico, pois todas as questões de cunho metafísico são substituídas por questões relacionadas à observação; em tal estado o importante é a descoberta de leis que possam explicar os fenômenos, tendo por base a observação direta. Este seria, segundo Comte, o momento em que o pensamento humano teria alcançado a sua mais alta perfeição, o conhecimento científico.

Há pelo menos três questões importantes que merecem destaque nessas idéias. Primeiro, Comte parte da pressuposição de que há uma ordem no mundo capturável por leis, quando afirma ter descoberto uma lei fundamental do desenvolvimento da inteligência

³⁷ Conf. citação 28 deste artigo.

humana. Ora, que ordem é essa a não ser uma ordem metafísica? Como, então, explicar o anseio do filósofo em afastar definitivamente as questões metafísicas do conhecimento científico? Essa é, pois, outra questão que merece destaque. A metafísica é vista por Comte como mera etapa de transição em nosso conhecimento, não tendo qualquer outra utilidade. Comte parece, com isso, desconsiderar a importância da metafísica enquanto concepção filosófica que, assim como outras concepções, busca explicações para a realidade. Com efeito, a idéia de que o estado positivo é o mais elevado porque coincide com o alcance do conhecimento científico, não elimina a importância da metafísica, pois, conforme pensamos, tanto a ciência quanto a metafísica representam modos distintos de compreensão da realidade, e por isso não podemos dizer que uma é correta e outra não, o que não nos impede de eleger uma ou outra como aquela que melhor representa os nossos anseios filosóficos. Ademais, não existe uma demarcação tão radical entre ciência e metafísica que nos autorize a falar de uma prática científica totalmente destituída de elementos metafísicos. Como disse Popper:

... estou inclinado a pensar que a investigação científica é impossível sem a fé em idéias que possuem uma índole puramente especulativa, algumas vezes até mesmo bastante nebulosa: uma fé que é completamente desnecessária do ponto de vista da ciência, e que, nessa medida, é “metafísica”.³⁸

Outra questão importante é que, no compreender de Comte, a ciência tem como finalidade descobrir leis através do método da observação, portanto, a ciência teria início com a observação e seria empírica. Todavia sabemos hoje, através de filósofos da ciência como Popper, Lakatos, Thomas Kuhn, etc., que a ciência mais do que empírica é teórica, pois é fruto de nossas conjecturas, isto é, de nossas suposições sobre o mundo. Com efeito, diz Popper, “... as teorias científicas não resultam da observação; são de modo geral produtos da nossa capacidade de formular mitos, e de testes. Os testes se apoiam em parte na observação (...), mas sua função não é produzir teorias...”³⁹.

A sociologia completa o quadro positivo das ciências, de maneira a tornar possível, segundo Comte, uma classificação hierárquica geral das ciências que sirva como enciclopédia científico-natural do conhecimento. As ciências são classificadas de acordo com o grau de complexidade dos seus objetos, partindo dos mais simples para os mais complexos, mas também levando em conta o grau de dependência de uma ciência com relação à outra. Cada ciência que segue na ordem de classificação depende do conhecimento da anterior para desenvolver seu objeto. A ordem classificatória das ciências ficou assim estabelecida:

³⁸ POPPER, Karl. *A lógica da investigação científica*. 1980, p. 12-13.

³⁹ POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. 1982, p.154.

matemática, física, química, biologia (ou fisiologia) e a sociologia; sendo esta última a mais complexa de todas, porém, no ponto de vista de Comte, a mais interessante para o homem, porque seria através dela que a filosofia positiva poderia promover a reestruturação social.

A teoria da classificação das ciências de Comte não representa, a princípio, uma defesa da unidade das ciências, também não pode ser apresentada como uma proposta de redução das ciências, visto que embora as ciências estejam colocadas num grau de dependência, não significa que os fenômenos por elas investigados possam ser reduzidos a um único grupo de fenômenos. De modo que a única unidade defendida, explicitamente, por Comte é a unidade de método. Entretanto, podemos dizer que, além da defesa de uma unidade metodológica, há no pensamento comteano a pressuposição de uma unidade ontológica, posto que, ao considerar a sociologia uma *física social*, e incluí-la, de certa forma, entre as ciências naturais, ele assume que todas as coisas são de um mesmo tipo, ou seja, todos os fenômenos são da mesma espécie.

John Stuart Mill, assim como Comte, considera o estudo dos fenômenos humanos e sociais como possuindo um caráter positivo. Ele defende a posição de que as “ciências morais” não possuem uma lógica específica, mas empregam os princípios metodológicos das ciências naturais, posto que almejam, assim como estas, conhecer as regularidades dos fenômenos que estudam. As ações humanas são por ele concebidas como eventos físicos, de modo que nas ciências humanas as previsões, da mesma maneira que nas ciências naturais, teriam o caráter de infalibilidade, estando, portanto, sujeitas a leis invariáveis. A psicologia desempenha um papel preponderante, pois é através dela que os estudos da natureza humana podem ser estabelecidos. Isso porque ela é encarregada do estudo dos fenômenos mentais, compondo, por conseguinte, a parte mais universal da filosofia da natureza humana.

A etologia ou Ciência do Caráter também é apresentada por Mill como sendo uma ciência da natureza humana. Seu fim é de caráter prático, devendo ela se encarregar da educação do homem, tanto do caráter individual quanto do coletivo. A Ciência Social (sociologia), por sua vez, está num nível de complexidade bem maior do que as ciências da natureza humana (psicologia e etologia), uma vez que, segundo Mill, é difícil estabelecer um caráter científico ao estudo dos fenômenos que integram a vida do homem em sociedade. Mas tal dificuldade é, no seu entender, superada na medida em que ele considera que a compreensão dos homens em sociedade não deve ter outras características além daquelas dos

homens individuais; segue-se daí, que as ações e sentimentos dos seres humanos no estado social são governadas por leis psicológicas e etológicas.

Pretende-se que todas essas ciências, tanto aquelas da natureza humana (psicologia e etologia) quanto a da sociedade (sociologia), sejam ciências rigorosas: as primeiras são encarregadas de formular as leis acerca das ações e sentimentos dos seres humanos, ao passo que a segunda é destinada a fornecer as leis empíricas que regem os fenômenos sociais.

Stuart Mill, embora sendo positivista e tenha como meta também o estabelecimento da filosofia positiva, apresenta algumas diferenças em relação a Comte. No que diz respeito à unidade das ciências, ele também defende uma unidade metodológica das ciências, porém, diferentemente de Comte, não encontramos em suas idéias a pressuposição de uma unidade ontológica, pois mesmo pretendendo que os fenômenos humanos e sociais sejam preditos com a mesma certeza dos eventos físicos, não sustenta que eles sejam da mesma natureza, e, além disso, reconhece que as ciências da natureza humana não podem alcançar a mesma exatidão científica de algumas ciências naturais como, por exemplo, a astronomia, uma vez que não conhecemos todas as circunstâncias em que os fenômenos humanos, como sentimentos, pensamentos e ações, são realizados. Sua exigência é apenas que as ciências morais tenham um rigor científico, assim como têm as ciências naturais.

Desse modo, Stuart Mill, apresenta uma abordagem positivista das ciências humanas mais ampla do que Comte. Ele parece estar mais atento para a complexidade inerente ao estudo dos fenômenos humanos e sociais. Enquanto Comte, preocupado com a política, pensa apenas em única ciência, a sociologia, para completar o quadro da filosofia positiva, Mill apresenta um esboço mais amplo das ciências humanas, dividindo-as em dois blocos: de um lado estão aquelas destinadas aos estudos da natureza humana; de outro lado, aquela destinada ao estudo da sociedade.

Todavia, salvaguardadas as suas diferenças, no que diz respeito ao tema da unidade das ciências, podemos dizer que, embora não haja em nenhum desses autores uma referência direta a uma tal pretensão, podemos encontrar neles as sementes que farão brotar, com o positivismo (ou empirismo) lógico, a defesa radical de um empreendimento dessa natureza.

Referências bibliográficas

COMTE, Auguste. “Cours de philosophie positive”. In: *La science sociale*. France: Gallimard, 1972.

_____. “Discours sur l’esprit positif”. In: *La science sociale*. France: Gallimard, 1972.

_____. *Discurso sobre o espírito positivo*. Tradução de José Arthur Giannotti. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os pensadores)

_____. “Opuscules de philosophie sociale”. In: *La science sociale*. France: Gallimard, 1972.

FODOR, Jerry A. Special Sciences, or The Disunity of Science as a Working Hypothesis. BIn: *Readings in Philosophy of Psychology*. Edited by Ned Block. Cambridge, Ma: Harvard University Press (The Language and Thought Series), 1980.

KIM, Jaegwon. *Mind in a Physical World: An Essay on the Mind-Body Problem and Mental Causation*. Cambridge, Ma: The MIT Press (A Bradford Book), 1998. Chapter 4: Reduction and Reductionism: A New look, p. 91-120.

MILL, John Stuart. *A Lógica das ciências morais*. Trad. de Alexandre Braga Massella. São Paulo: Iluminuras, 1999.

_____. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. Trad. de João Marcos Coelho. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção os pensadores)

POPPER, Karl. R. *A lógica da pesquisa científica*. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. São Paulo: Cultrix, s/d.

_____. *A lógica da investigação científica*. Trad. de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção os Pensadores)

_____. *Conjecturas e refutações*. 2. e.d. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p.154. (Coleção Pensamento Científico, 1)